O GLOBO | 18/08/18 | ECONOMIA

Para governo, decisão do TCU coloca teto de gastos em risco

Corte exclui do limite despesas cobertas por taxa de inscrição na realização de concursos. Preocupação é que entendimento se estenda a outras áreas

MANOEL VENTURA

Uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) preocupa a equipe econômica e pode criar brechas para "furar" o teto de gastos, regra pela qual as despesas públicas só podem crescer com base na inflação do ano anterior. Os ministros da Corte decidiram excluir do teto as despesas dos órgãos públicos com a realização de concursos,desde que sejam financiadas integralmente pelas taxas de inscrição cobradas. O problema, segundo a área econômica, é que essa decisão pode abrir precedente, gerar uma interpretação ampliada e tirar uma série de despesas vinculadas a receitas da regra do teto.

"Levando esse raciocínio ao extremo, se todas as despesas primárias, sujeitas ao teto de gastos, financiadas integralmente por fontes de recursos vinculadas, fossem excepcionadas desse limite, restariam apenas cerca de28% do teto de gastos atual,dado o grande volume de vinculações que há no Orçamento brasileiro", sustentam, em recurso, os ministérios da Fazenda e do Planejamento.

TEMOR DE "DESORDEM FISCAL

" O processo no TCU começou após uma consulta feita pela Procuradoria- Geral da República (PGR) sobre o custeio para a realização de concurso público. O TCU entendeu que essas despesas devem ser computadas para o teto de gastos apenas na parcela que exceder a arrecadação com as respectivas taxas de inscrição. Os ministérios recorreram ao próprio TCU, que manteve a interpretação nesta semana. No recurso, as pastas sustentam que o teto é para a totalidade da despesa primária, independentemente da fonte de receita.

Segundo os ministérios, abrir exceção pode levar a propostas análogas, excluindo do teto despesas financiadas com fontes vinculadas. Citam como exemplo a despesa com benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Em 2018, cerca de 66% dos gastos do RGPS são financiados por fontes vinculadasàSeguridadeSocial,oque equivale a R$ 592,4 bilhões.

Como o teto do governo federal para 2018 é de R$ 1,347 trilhão, a retirada desse montante representaria uma redução de 44% do valor do teto. Para as pastas, não apenas a PGR, que fez a consulta, mas os demais órgãos desejarão utilizar a lógica de que as despesas financiadas por receitas próprias não estejam no limite do teto. "Sevalearegraparaareceitadetaxas de inscrição, porque não valeria para outras receitas que têm natureza similar?", questionam.

"A interpretação proposta (pelo TCU) encerra significativo risco de promover atos de contabilidade criativa, voltados a contornar a limitação dos gastos, tornando inócuo um importante instrumento de controlefiscal, efazendoopaísretornarao quadro de desordem fiscal vivido no passadorecente", acrescentam. Para o governo, a interpretação adotada pelo TCU no caso da taxa de inscrição de concursos "deixa de ser uma comezinha questão de gestão orçamentária e de pessoal, e passa a ter impacto sistêmico sobre a economia brasileira".

O relator do processo, ministro Vital do Rêgo, considerou que os argumentos "são improcedentes". Segundo ele, a interpretação nesse caso não se aplica a outras situações que seriam aparentemente similares.

O GLOBO | 18/08/18 | ECONOMIA

Planejamento faz 1ª realocação de servidores federais

No Rio, vigilantes da CBTU vão para a UFRRJ. Próximo remanejamento será em Brasília

O Ministério do Planejamento fez nesta semana, no Rio, o primeiro remanejamento de servidores federais depois da edição de uma portaria que facilitou esse processo. Foram deslocados 214 vigilantes da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Na próxima semana, uma nova rodada de remanejamentos deve ser feita, dessa vez em Brasília. Apesar de não estabelecer um número total de funcionários a serem deslocados este ano, o governo quer utilizar esse processo para reduzir a necessidade de fazer concursos públicos para atividades administrativas.

A portaria permitiu a realocação obrigatória de pessoal, sem anuência do órgão de origem. Com isso, servidores que estiverem excedentes e mum órgão podem ir, com a mesma função, para onde há vagas ociosas no Executivo federal. Os remanejamentos, de acordo com o governo,são feitos caso a caso, mediante uma justificativa do órgão de destino, que pode ser "necessidade ou interesse público" ou "motivos de ordem técnica ou operacional". A avaliação é feita pelo Ministério do Planejamento. O caso do Rio foi de "necessidade ou interesse público". Isso porque os vigilantes estavam sem função na CBTU, e a UFRRJ precisava de pessoal.

DIGITALIZAÇÃO DA FOLHA

Está pronta uma portaria para deslocar nove servidores, em Brasília. Eles irão atuar na área de transportes do governo na capital, que foi unificada. Outros cerca de cem servidores devem ser deslocados neste ano, dentro de um processo de digitalização das folhas de pagamentos. Esse número, no entanto, ainda não foi fechado.

O governo está unificando a gestão da folha de inativos. Hoje, 10 mil servidores são responsáveis por cuidar de 690 mil inativos. todo o cadastro é físico, distribuído em arquivos pelas repartições. Em dois anos, a documentação será digitalizada, e a gestão, unificada. Com isso, serão necessários apenas mil servidores. Os demais 9 mil ocuparão outras funções. (Manoel Ventura)

CORREIO BRAZILIENSE | 18/08/18 | ECONOMIA

TRABALHO »

Onda de reajustes deve pressionar orçamento

» HAMILTON FERRARI
» GABRIEL PONTE*



Para Alex Agostini, da Austin Rating, reivindicações pioram o ambiente "tanto no sentido fiscal quanto moral"

Uma onda de pedidos de reajustes salariais deve tomar conta do Congresso neste segundo semestre de 2018. Os primeiros movimentos já foram feitos: os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e os procuradores da República querem ganho de 16,38% na remuneração. Se aprovado, o aumento elevará o teto remuneratório do setor público para R$ 39 mil, o que terá efeito nos três Poderes. Carreiras que não obtiveram correção salarial desde 2017 também prometem brigar por melhoria nos contracheques.

No Judiciário, o reajuste dos ministros do STF exigirá um gasto anual de R$ 4 bilhões a mais na folha de pagamento dos servidores. E o Ministério do Planejamento calcula que haverá contaminação no Executivo. "Atualmente, 5.773 servidores têm remuneração superior ao teto de R$ 33.763 e sofrem desconto em seus contracheques com a aplicação do artigo 42 da Lei 8.112/90 (abate-teto)", informou o órgão. A despesa adicional com esses funcionários seria de R$ 243,1 milhões por ano.

Além do Judiciário e do Ministério Público, os parlamentares também podem surfar no reajuste salarial. Deputados e senadores recebem o teto constitucional e, com o aumento dos ministros do STF, poderão corrigir as próprias remunerações para o novo limite, subindo os gastos em R$ 3,1 milhões — considerando apenas os congressistas, sem contar auxílios.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-PE) condena os reajustes. "Qualquer aumento salarial é muito antagônico e anacrônico, ainda mais neste momento (de deficit nas contas públicas). Da mesma forma, acho um absurdo o Judiciário ter-se concedido um aumento, e acho indecente que ele seja estendido ao Legislativo. É indecente e incompatível, quando não tem reajuste do salário mínimo. Atuando no Congresso, vou combater isso", garantiu.

Além disso, cerca de 1,05 milhão de funcionários ativos e inativos dos três Poderes que não tiveram ganho salarial nos últimos dois anos devem pressionar o Congresso para receber aumento em 2019. Este grupo de servidores negociou reajustes de 10,8% entre 2015 e 2016, parcelados até 2017. O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, disse que as carreiras vão lutar pela remuneração melhor. "Todas vão brigar pelo reajuste", garantiu. O Ministério do Planejamento informou que ainda não é possível mensurar o gasto efetivo com as remunerações desses funcionários.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, avaliou que, apesar de ser necessário barrar os aumentos, o Congresso não deve atuar nesse sentido. "Quando observamos a condição do país e o risco de estourar regras fiscais no próximo ano, essas reivindicações deixam o ambiente bastante negativo, tanto no sentido fiscal quanto moral", afirmou. "Nós temos as contas engessadas diante do avanço das despesas obrigatórias, que estão subindo e já atingem mais de 90% do orçamento. Cada vez que permitimos aumentos, chegamos cada vez mais perto de 100%, paralisando investimentos."

* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo